

ACAFA

Nº 10 (2015) On-line

**UM CRIME EM CASTELO BRANCO EM 1880
- MARIA DOS PRAZERES, A MULHER DECAPITADA**

**A crime in Castelo Branco in 1880
- Maria dos Prazeres, a woman decapitated**

Maria Adelaide Neto Salvado



Vila Velha de Ródão, 2015

**UM CRIME EM CASTELO BRANCO EM 1880
- MARIA DOS PRAZERES, A MULHER DECAPITADA¹**

**A crime in Castelo Branco in 1880 - Maria dos Prazeres,
a woman decapitated**

Maria Adelaide Neto Salvado²

Palavras-chave: criminalidade, século XIX, Castelo Branco

Keywords: criminality, nineteenth century, Castelo Branco

¹ Imagem da capa: Castelo Branco (1840?) de J. Pires da Fonseca (Museu de Francisco Tavares Proença Júnior).

² Geógrafa. Escola Superior de Educação de Castelo Branco do Instituto Politécnico de Castelo Branco. Investigadora nas áreas da etnografia e da história regional. adelaide.salvado@gmail.com

Resumo

Publica-se a primeira contribuição para a constituição de uma futura História do Crime na Beira Interior. Apresenta-se um peculiar caso que teve lugar em Castelo Branco e que revela o pano de fundo institucional, económico e social da conturbada época oitocentista.

Abstract

It is introduced the first contribution for the establishment of a future History of Crime in Beira Interior. It presents a peculiar case which took place in Castelo Branco and that reveals the institutional backdrop, the economic and social troubled times of the nineteen hundreds.

Corria o ano de 1880. Pela manhã de 17 de Fevereiro desse ano foi encontrado, numa tapada da folha de S. Bartolomeu (uma das três folhas em que se dividia o espaço rural em torno da cidade de Castelo Branco), o cadáver decapitado de uma mulher. O corpo, já em estado de putrefacção, apresentava-se sem qualquer peça de roupa e separado da cabeça que foi encontrada a alguns metros de distância do local onde se encontraria o corpo.

Foi deste modo que, em Ofício datado de 18 de Fevereiro de 1880, o Administrador do Concelho A. Silva Ribeiro, comunicou o facto ao Governador Civil:

«Ontem por 10 horas da manhã, e sitio do Lapão, proximo á estrada que vai desta cidade, para Penamacor, foi encontrada morta entre duas lajes uma individua nua, e com a cabeça cortada, aparecendo a caveira e o cabelo a piquena distancia do sitio aonde estava o corpo, em seguida ao conhecimento deste facto dirigi-me logo ao referido local juntamente com o Ex.º Sr.º Juiz de Direito e Delegado de Saúde»³.

O caso encheu de horror a cidade, cujos habitantes, pouco habituados a homicídios e, sobretudo, a crimes rodeados de uma tão rara violência, ficaram mergulhados numa onda de terror e presos a estranha e intrigante inquietação.

Esse entrelaçar de sentimentos desprende-se de um segundo ofício enviado pelo Administrador com a data de 2 de Abril de 1880, no qual se lê:

«Como tive a honra de comunicar a V. Ex.ª em época foi encontrado proximamente a 6 Km desta cidade, perto da estrada que se dirige a Penamacor, o cadaver de uma mulher degolada, no dia 17 de Fevereiro último. Acompanhei com os meus empregados, Juiz e Delegado da Camara, quando

³ Arquivo Distrital de Castelo Branco, F. Administração do Concelho (Castelo Branco), Maç. 8, Liv. 10 (1877-1888), Of.º Nº 31, fl 65.

se procedeo ao levantamento do cadaver, procurando todos os indícios que revelassem o modo como o crime se praticou, e conduzir a descobrir o autor do crime. As crueldades que acompanharam o crime deram-lhe um vulto especial, e produziram n'esta Cidade, e no Concelho, grande horror por ser caso virgem neste Concelho»⁴.

Haviam passado dois meses sobre o acontecimento e este estranho crime continuava um mistério.

Quem seria a mulher decapitada? Que razões haviam levado à sua morte e à mutilação do cadáver?

O registo da morte, lavrado pelo padre José Diogo Alves, coadjutor da Sé, deixa transparecer as dúvidas e o mistério que envolvia a mulher decapitada. Nele se lê:

«Assento nº 29 - Aos 17 de Fevereiro de 1880, pela manhã n'uma tapada da folha de S. Bartholomeu, limite desta Freguesia de S. Miguel da Sé da Cidade, Concelho e Distrito de Castello Branco, foi encontrado um individuo do sexo feminino decapitado e já em estado de putrefacção cuja idade, profissão, naturalidade, residencia, estado e nome se ignora, o qual foi sepultado no cemiterio publico.

⁴ Arquivo Distrital de Castelo Branco, F. Administração do Concelho (Castelo Branco), Maç. 8, Liv. 10 (1877-1888), Of.º Nº 47, fl 67.

O coadjuutor, Jose Diogo Alves»⁵

Existe, no entanto, uma nota à margem deste registo que diz:

«Fica sem efeito este assento por estar ratificado pelo assento nº 67 d'este livro».

E, mais adiante, no *Livro de óbitos*, lê-se no «Assento nº 67»:

«No dia 17 de Fevereiro de 1880, n'uma tapada da folha de São Bartholomeu limite desta freguesia de S. Miguel da Sé, da Cidade, Concelho e Bispado de Castelo Branco, foi encontrado decapitado um individuo do sexo feminino, por nome = Maria dos Prazeres = de idade de 33 annos, solteira, natural dos Cebolaes de Cima, concelho e Bispado de Castelo Branco, morador n'esta freguesia de S. Miguel da Sé, e filho de José Lourenço e de Helena Vaz, o qual foi sepultado no cemitério publico d'esta Cidade. Ignoro os mais esclarecimentos. E para constar lavrei em duplicado este assento, que assigno.

O Reitor da Sé, José Mendes Leal»⁶

⁵ Arquivo Distrital de Castelo Branco, Óbitos Castelo Branco, Maç. 034 (1872-1881), Liv. 1880.

⁶ Arquivo Distrital de Castelo Branco, Óbitos Castelo Branco, Maç. 034 (1872-1881), Liv. 1880, fols 16 v. e 17 f..

Chamava-se, pois, a mulher Maria dos Prazeres. Era solteira, natural de Cebolais de Cima, tinha à data da morte 33 anos e morava na freguesia de S. Miguel da Sé.

As circunstâncias que rodearam as investigações e as diligências desenvolvidas pelo Administrador do Concelho, quer para descobrir a identidade da mulher, quer para identificar os criminosos e o móbil do crime, surgem pormenorizadamente descritas na circular enviada pelo Administrador do Concelho de Castelo Branco, Manuel da Silva Ribeiro, ao Governador Civil de Castelo Branco.

Ora, alguns pormenores desse relato contêm informações preciosas acerca da mentalidade que, na época, modelava os olhares dos albicastrenses em relação a certos grupos sociais considerados marginais (e sobre os quais pesava, logo em primeira instância, um olhar de suspeição), e acerca de importantes segmentos da vida do universo feminino da Beira na última metade do século XIX.

Numa época em que as investigações policiais não possuíam meios científicos para a identificação de cadáveres, parece-me que o processo utilizado pelo Administrador do Concelho seguiu um rumo inteligente e bem conseguido. Começou ele por exigir a todos os regedores das freguesias do concelho de Castelo Branco e dos concelhos próximos informações sobre desaparecimentos de mulheres que se tivessem ocorrido nas povoações da

área das suas respectivas freguesias. Por alturas em que se suspeitava ter ocorrido o crime, haviam desaparecido cinco mulheres de várias aldeias onde residiam: duas de Cafede, uma do Ladoeiro, outra da aldeia dos Escalos e ainda uma outra do Fundão.

Seguindo o rasto de todas estas mulheres, chegaram as autoridades à conclusão, que todas se encontravam vivas e de saúde, vivendo noutros locais, alguns distantes da sua residência habitual. Embora tivessem sido cinco as mulheres desaparecidas, apenas de duas delas sabemos os nomes e os motivos do desaparecimento. E esses motivos abrem caminho a um conjunto de reflexões sobre a situação das mulheres no mundo rural da época e remetem-nos também para o poder encantatório e de fascínio que os militares exerciam sobre as jovens camponesas. A saída do mundo fechado das aldeias, espartilhado por um conjunto rígido de normas, era pouco propício ao conhecimento de novos horizontes. Casar, ter filhos, criá-los, trabalhar duramente no campo, numa vida esforçada e sempre igual, era o destino que se perfilava na época a qualquer jovem camponesa.

«Mãe que é casar? Filha é fiar, parir, chorar ...» Muito generalizado, este ditado popular traduzia, de forma breve, toda a dura realidade que marcava outrora a vida de casada das mulheres do mundo rural do interior da Beira.

As ligações a um soldado deviam apresentar-se às jovens, de finais do século XIX, como oportunidade única de fugir a esse destino, sempre igual e cheio de canseiras.

Das duas mulheres desaparecidas da aldeia de Cafede, uma delas chamava-se Rosa e vivia amancebada com um soldado de Cavalaria 8. Com ele partira. A sua passagem fora registada em Vila Velha de Ródão, Nisa e Crato. Uma outra das desaparecidas chamava-se Teresa Robala, e saíra do Ladoeiro com um soldado de Infantaria 12, indo fixar-se na cidade da Guarda. Das outras três, nem o nome nem o motivo do desaparecimento ficaram registados.

Conhecidos os paradeiros de todas estas mulheres, as investigações orientaram-se num outro sentido e recaíram sobre os grupos sociais considerados, na época, fortemente suspeitos: os ciganos e os saltimbancos.

Curiosa foi a suspeição sobre destes últimos.

Por esta época, frequentes eram esses grupos, que integrando homens, mulheres e crianças, iam de terra em terra ganhando a vida animando com os seus espectáculos o quotidiano monótono das gentes das aldeias. Acontece que, na proximidade da data em que as autoridades calculavam ter acontecido o crime, um grupo de saltimbancos havia actuado na aldeia dos Escalos. Uma violenta discussão teria ocorrido entre uma das mulheres e um dos homens que integravam o grupo. O homem ameaçara a mulher que lhe cortaria o

pescoço «como fizera à outra». O relato desta discussão e as palavras proferidas pelo homem levaram à suspeição que a mulher decapitada, aparecida na tapada da folha de S. Bartolomeu, fosse a mulher do grupo de saltimbancos que havia sido ameaçada. Nesse sentido, o Administrador do Concelho de Castelo Branco pediu ao Administrador do Concelho de Idanha-a-Nova que localizasse o grupo de saltimbancos que percorria, por essa altura as terras da raia. O grupo foi localizado e as suspeitas revelaram-se injustificadas, pois a mulher a quem tinham ouvido ameaçar de morte encontrava-se viva e de saúde.

Mas outra suspeição surgira para além dos ciganos e dos saltimbancos. Um homem, talvez um mendigo, pois a circular afirma que esse outro suspeito fora um homem conhecido por «pouca roupa», mereceu a atenção das autoridades, mas, tal como acontecera com os outros casos, também esta suspeita se revelou infundada.

Seria, entretanto, um pormenor do cadáver que acabaria por orientar as investigações num novo sentido. Além de decapitado, o cadáver fora encontrado num estado de completa nudez. Este facto fez suspeitar de que o móbil do crime pudesse ter sido o roubo das roupas ou de qualquer objecto de ouro que a mulher levasse consigo. E uma atenção cuidada foi canalizada para as roupas. Aconteceu que uma mulher chamada Filomena da Conceição foi vista com um lenço de «sandia», igual ao que costumava usar uma mulher chamada Maria dos Prazeres que há algum tempo não era vista na cidade.

Interrogada sobre a proveniência do lenço, declarou tê-lo comprado a uma mulher de Escalos de Baixo chamada Andresa de Jesus, que, além do lenço, lhe oferecera outros objectos semelhantes com alguns pertencentes a uma sua conhecida chamada Maria dos Prazeres que andava desaparecida. Resolveram então as autoridades prender Andresa de Jesus e o marido Luiz Torrão, natural do Pedrógão, concelho de Penamacor.

Confrontada com o reconhecimento do lenço como pertencente a Maria dos Prazeres, Andresa de Jesus confessou que, nos primeiros dias de Janeiro, Maria dos Prazeres estivera em sua casa. No entanto, no dia 5 de Janeiro, pelas 8 horas da manhã, partira em direcção ao Louriçal do Campo, na companhia do marido Luiz Torrão, que regressara sozinho a casa pelas 11 horas desse mesmo dia. Contou ainda Andresa que, ao cair da noite desse mesmo dia, seu marido a convidara a sair. Ela recusara. Passado pouco tempo, o marido regressara a casa com uma trouxa que continha o fato de Maria dos Prazeres tendo-lhe dito que ela lho oferecera.

O desajustamento entre as horas de saída de casa pelas 8 horas da manhã e o regresso pelas 11 horas, «jornada que seria impossível por ser de cerca de 40 quilómetros»- lê-se no documento - despertou a desconfiança das autoridades, circunstância que, conjuntamente com outras declarações, fez aumentar as suspeitas de que teria sido o marido de Andresa o autor do crime.

Confrontado com as acusações, António Torrão começou por negar, mas acabou por confessar o crime.

Na busca realizada em sua casa foram encontrados vários objectos pertencentes a Maria dos Prazeres, importante prova que permitiu à acusação a condenação do criminoso.

O móbil de um crime rodeado por tanta macabra violência fora o simples furto.

Que motivações levaram António Torrão a degolar o cadáver? Dificultar a identificação?

Os contornos violentos deste crime, com a degolação do cadáver, deram-lhe um tão acentuado cunho de horror que todas as autoridades da cidade (Administrador do Concelho, Juiz, Delegado da Câmara, Dr. Luis Cândido Faria de Vasconcellos, médico do Partido, Dr. Hermano José das Neves de Castro e Silva) uniram esforços na tentativa de encontrarem a resolução rápida do crime.

Pelo seu empenhamento, destacou-se o médico Dr. Hermano José das Neves de Castro e Silva. Foi ele que realizou a autópsia do cadáver já em elevado estado de decomposição, foi ele que, numa época e num tempo em que os meios científicos em matéria de investigação médico-legal eram escassos e incipientes e as deslocações até ao local do crime penosas e difíceis, não se poupou a esforços deslocando-se aí várias vezes, procurando indícios médico

legais que permitissem às autoridades alguma pista que conduzisse à resolução do caso. O seu empenhamento foi tal que mereceu, por parte do Delegado do Procurador Régio, um reconhecimento expresso em atestado de louvor. Nele se lê:

«Atestado do Delegado do Procurador Regio d'esta Camara passado em 20 de Julho que o Ex.º Hermano José das Neves Castro e Silva, na qualidade de facultativo Municipal tem desempenhado com muita promptidão e sello os serviços medico legaes em que tem sido empregado n'este juizo, e com muita distinção especialmente na authopsia de Maria dos Prazeres, sendo encasalvel, não só com os seus recursos scientificos, em auxiliar a acção da justiça, mas ainda com os seus esforços individuais percorrendo por várias vezes o terreno em que se praticou o delicto, merecendo por ocasião da discussão da causa referencias honrosas ao seu nome⁷.

Mas uma ponta de mistério continua a adejar sobre a vida e a morte de Maria dos Prazeres.

A falta dos documentos do processo judicial deixa muitas perguntas sem resposta.

⁷ Arquivo Distrital de Castelo Branco, Actas da Câmara Municipal de Castelo Branco, Maç.38, Liv.32, fls 168 f. e 168 v. Este atestado foi apresentado na sessão de Câmara realizada a 22 de Outubro de 1881, e conjuntamente com outros documentos serviu ao Dr. Hermano José das Neves de Castro e Silva de elemento curricular para a candidatura ao lugar do Partido Médico da Câmara. Por unanimidade, o lugar foi-lhe concedido.

Quem seria esta mulher, de 33 anos, que morava na rua da Sé?

Porque não foi a polícia informada do seu desaparecimento, no início das investigações?

Porque se orientaram as investigações para o desaparecimento de mulheres do Ladoeiro, Escalos, Cafede, Fundão, tendo sido esquecidas as que moravam na cidade?

Solteira, de 33 anos, moraria Maria dos Prazeres sozinha? Qual seria a sua ocupação? Seria normal a sua ausência da cidade? Ou seria uma mulher solitária, a quem ninguém importaria o seu desaparecimento?

À distância que nos separa deste macabro acontecimento que marcou o quotidiano de Castelo Branco, há 135 anos, apenas um simples voto: Que a tua alma, Maria dos Prazeres, descanse em Paz!

Anexo Circular da Administração do Concelho com o nº 47, datada de 2 de Abril de 1880

«Nº 47 / 2-4-80 - Como tive a honra de participar a V. Ex.^a em ephoca competente foi encontrado precisamente a 6 kilometros desta Cidade, perto da estrada que se dirige a Penamacor, o cadaver de uma mulher degolada no dia 17 de Fevereiro ultimo. Acompanhei com os meus empregados – Juiz, e Delegado da Camara quando se procedeo ao levantamento do cadaver, procurando todos encontrar indicios que revelassem o modo como o crime se praticou, e conduzissem a descubrir o autor do crime. As crueldades que acompanharam o crime deram-lhe um vulto especial, e produsiram nesta Cidade, e no concelho, grande horror por ser caso virgem neste concelho. Sendo em consideração a gravidade do assumpto, e a satisfação que precisava dar se á ansiedade publica, procurei com o Delegado desta Camara Dr.º Luis Candido Faria de Vasconcellos, empregar todos os meios de policia ao nosso alcance para chegarmos a adquirir elementos de prova necessários para descobrir-nos os criminosos. Variadas foram as especies que e apresentaram para saber ellas recairam as nossas indagações. Principiei este trabalho por dirigir uma circular aos meus Regedores, na qual lhes exigia me dessem conta do desaparecimento de qualquer mulher da sua freguesia, e das suspeitas que podesse haver desse desapparecimento, para o fim derigirmos as nossas indagações em relação a estas. Não parecendo bastante isto fiz pedido identico aos meus colegas do Districto. O primeiro desapparecimento que se nos deparou foi o de uma mulher chamada Rosa que se achava amancebada com um soldado de cavallaria nº 8, a qual pessoa pelas deligencias empregadas que tendo sahido desta Cidade, passara por Villa

Velha, Nisa, Crato, na ephoca em que o cadaver foi encontrado. Em segundo lugar chamou a atenção o desaparecimento de uma mulher chamada Theresa Roballa que sahio do Ladoeiro com um soldado d'infantaria 12, a qual se verificou estar vivendo na companhia do mesmo na Guarda, como foi asseverado com telegrama do meu colega d'ali, veio ainda um terceiro desaparecimento de uma mulher de Cafede, outra dos Escallos, e outra do Fundão descobrindo-se que aquellas estão ainda vivas. No meio de tantas suspeitas fez-se cargo á opinião publica de attribuir este acontecimento ora a ciganos que tinham passado perto daquelle sitio, ora a saltimbancos que estiveram trabalhando nos Escallos, que tinham alli ameaçado uma mulher de lhe cortar o pescoço como fizeram a outra. Em virtude disto exigi ao meu colega de Idanha que mandasse a esta administração os mencionados saltimbancos que se encontravão naquelle concelho, os quaes vindo aqui deram conta do paradeiro das mulheres que andavam na companhia, uma das quaes se suppunha ter sido a victima. Appareceo ainda a opinião publica a revelar-se contra um individuo conhecido pelo pouca roupa – como auctor deste crime, porem os indicios em que assentava tal opinião desapareceram pelas averiguações que se fiseram em tal sentido. Identicas a esta se fizeram outras revelações sem importancia, ocupando a fantasia um lugar, importante neste assumpto. Tendo-se em consideração que o estado de nudez em que appareco o cadaver só os vestidos ou qualquer objectos d'ouro podião guiar-nos á descoberta do crime, procurou-se vigiar na venda de alguns objectos que se tornassem suspeitos para encontrar o fio deste misterio. No dia 23 de março ultimo pude descobrir felizmente elementos que favoresseram a descoberta do crime. Uma mulher que reside nesta Cidade trazia um lenço de sandia, o qual declarou ter comprado a Andresa de Jesus, e que esta lhe

offerecera ainda outros objectos, e verificando que tinha faltado uma mulher dos Cebolae, por nome Maria dos Prazeres, aqual tinha objectos identicos áqueles, muito conhecida da mencionada mulher, que se chama Philomena da Conceição, determinou-se capturar a mencionada Andresa e seu marido Luiz Torrão, aquella dos Escallos de Baixo, e elle do Pedrogão de Penamacor, e interrogados confessou esta que esses objectos pertencião a esta Maria dos Prazeres, que estivera em sua casa nos primeiros dias de Janeiro do corrente anno, sahindo no dia 5 na companhia de seu marido em direcção ao Louriçal do Campo pelas 8 horas da manhã, regressando ás 11 do mesmo (jornada aliás impossivel por ser de 40 quilometros o menos) e que á entrada da noute desse mesmo dia a convidara a esta para sahir, no que se recusou, voltando depois com uma trouxa de fato daquella, que elle declarou ter-lhe sido dado por ella, fazendo alem disso outras revelações que convencião ter sido o marido o auctor do crime, o qual no interrogatório que lhe foi feito negou esses factos, indo depois confessa-los em Juizo em novos interrogatórios. Procedeu-se em seguida á busca na casa dos mesmos, e encontrando-se vários outros objectos da mencionada Maria dos Prazeres, vindo este meio de prova a ser corroborado com o reconhecimento desses mesmo objectos, e depoimentos de testemunhas que foram inquiridas sobre este assumpto. Acha-se, pois, o processo de poder affirmar-se que descobrir os verdadeiros auctores de tão hediondo crime. Novamente repito a V. Ex.^a que em todas estas indagações fui acompanhado pelo Delegado desta Camara, o que com a maior satisfação tenho a honra de comunicar a V. Ex.^a. Deos Guarde V. Sr.^a

Adm.^o do Conc.^o M. da Silva Ribeiro».